

IMAGENS FEMININAS EM REVISTA: A IMPRENSA SEDUZINDO A MULHER E FORMANDO A LEITORA

Patrícia Kátia da Costa Pina(UESC)

Introdução

Entre os retiros da vida privada e as leituras das reuniões, autênticas ou idealizadas, existem, portanto, outras situações de leitura às quais se aliam as competências individuais e estabelece-se uma relação pedagógica imediata e espontânea.

Roger Chartier, “Do Livro à Leitura”

O trecho destacado como epígrafe relaciona leitura silenciosa (vida privada) e leitura oral (reuniões) como algumas das possíveis *situações de leitura* que ocorreriam na época do Romantismo, na Europa. De tais situações, o autor depreende um processo pedagógico **imediato e espontâneo**.

Quero, a partir da afirmação do renomado pesquisador, discutir a compreensão do que seria o processo de leitura: no fragmento acima, Chartier refere-se à leitura de textos escritos e impressos, à decifração da palavra, o que é bastante pertinente, quando aplicado à sociedade européia, detentora de bons índices de alfabetização e, portanto, possuidora de significativo leitorado, ao menos, potencialmente, salvo raras exceções.

Atravessando o Atlântico, no Brasil oitocentista as práticas de leitura seguiam, na medida do possível, os moldes europeus, mas a questão aqui foi mais complexa, em virtude das dificuldades históricas do meio. Foi no dezenove brasileiro que se desenhou nosso leitorado, aí se estabeleceram padrões de produção e recepção do texto literário, nossa geografia intelectual e cultural foi traçada nesse momento.

Em tal contexto, a decifração do escrito não me parece ser a única forma de leitura: penso que produzir sentido para imagens visuais é, também, **ler**. Assim, o uso de imagens impressas pode ter sido uma estratégia de formação de hábitos de consumo de jornais, revistas, livros etc.

Nosso analfabetismo é histórico e resulta de sanções metropolitanas, as quais fizeram com que, somente a partir de 1808, o Brasil conquistasse o direito de contar, oficialmente, com tipografias, direito este que, nos sendo negado nos séculos precedentes, reduziu nossas letras impressas à marginalidade. Com a chegada de D. João VI e a transferência da Corte para cá, entramos, tardiamente, na era da imprensa. E como, até então, o impresso era raro, a habilidade da leitura era um tanto ociosa, pelo menos, no que tange aos grupos populares e, em particular, às mulheres e aos negros.

Na parte introdutória de *A letra e a voz*, Paul Zumthor estuda três formas de oralidade: a **primária**, própria de grupos analfabetos, sem contato algum com a escrita; a **mista**, que sofre influência externa da escrita; a terceira, chamada **segunda**, que se refaz pelo papel e pela tinta. Assim ele distingue **cultura escrita** (possuidora de uma escritura) e **cultura letrada**, na qual “...toda expressão é marcada mais ou menos pela presença da escrita...”(ZUMTHOR, 1993, p.18)

Mesmo voltadas para a Idade Média européia, as reflexões de Paul Zumthor abrem caminho para que se reflita sobre as práticas culturais oitocentistas brasileiras. Nós não eliminamos radicalmente a oralidade; aqui, escrita e oral partilharam a cultura.

O olho não lia a palavra, mas **lia** imagens e **ouvia** as vozes que, alternativamente, conduziam o impresso, permitindo que a leitura ficasse na interseção visual/auditivo e contactando diretamente o universo oral do leitor.

O Brasil do início do século XIX era carente de editoras, livrarias e periódicos. Com o correr do século, a situação muda em parte, surgem livreiros, editores de periódicos (PINA, 2002, p.29-59). Essa precariedade, se, por um lado, criou obstáculos para a formação de grupos de leitores, por outro, viabilizou o aproveitamento dos protocolos de comunicação oral que reinavam por estas plagas, deu margem à sua incorporação aos padrões do impresso, aproximando este último de possíveis receptores.

Tal incorporação, como a entendo, significou, de certa forma, fazer do papel e da tinta substitutos do corpo e da voz dos contadores de **causos**, dos porta-vozes das instâncias administrativas etc, num processo de modernização das ações de produção e de recepção.

Uma das formas de tornar o impresso “palatável” foi incorporar a ele elementos do cotidiano que fossem familiares aos grupos de possíveis consumidores, alfabetizados ou não. A reprodução de imagens ganha, então, relevo. Ilustrar as folhas foi um meio encontrado, por editores e demais produtores de bens culturais, para se acercarem do potencial público que poderia movimentar, sustentar, o mercado cultural da época.

Marisa Lajolo e Regina Zilberman afirmam, ao estudarem a formação do público leitor brasileiro, que “...só existem o leitor, enquanto papel de materialidade histórica, e a leitura, enquanto prática coletiva, em sociedades de recorte burguês, onde se verifica no todo ou em parte uma economia capitalista.”(LAJOLO e ZILBERMAN, 1996, p.16) Leitor e consumidor são, portanto, termos equivalentes. Nesse contexto, o jornalismo foi fundamental. Suas características – periodicidade, universalidade, variedade de temas e matérias, atualidade, difusão – fazem dessa prática cultural um grande instrumento de agregação de público (leitores e/ou ouvintes). O jornalismo desenha o espaço social, marca seus contornos, suas áreas de interseção; tudo, nas páginas dos jornais, tem uma seqüência, obedece a uma ordem. Dessa forma, os produtores de cultura impressa, especificamente, os tipógrafos e editores de jornais, desde os inícios do século XIX, constroem suas páginas, a fim de que pudessem atender às necessidades e expectativas dos indivíduos que, em função da nova ordem social e econômica, passavam a ser vistos como consumidores em potencial.

A sociedade brasileira, até a difusão da imprensa, em meados de século XIX, mantém hábitos culturais formados no âmbito da oralidade, isto é, o leitor brasileiro foi criado nos liames da palavra-espetáculo. O ornato o seduz, a reflexão o afasta. Além de ornamentarem as páginas dos periódicos, as ilustrações guiavam o olhar dos receptores e desenhavam as marcas identitárias dos grupos consumidores de cada folha.

1. Imagem, jornal, leitura

Uma palavra tem significado para nós na medida em que somos capazes de usá-la para comunicar aos outros o que sabemos e obter o saber que os outros procuram comunicar-nos.

Valente e Brosso, *Elementos de semiótica*

As palavras parecem ter uma comunicabilidade **natural**, mas, ao contrário, carregam uma soma de significações possíveis tão intensa, que é um verdadeiro ato decisório produzir sentido para elas. Daí a dificuldade de lidar com a palavra impressa, própria de sociedades como a nossa, principalmente quando nos reportamos ao século XIX, momento em que a escrita passou a mediar as relações sociais, culturais, políticas, no Brasil.

O livro, principal tipo de impresso conhecido por aqui, era caro, por conta da necessidade de importação, de difícil manuseio, restrito quase sempre ao clero e a alguns magistrados. De certa forma, o livro era um objeto indicador de **status** social, algo por demais distante do cotidiano da maior parte dos brasileiros.

Após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, abriram-se as portas para as tipografias e os periódicos diários, semanais, quinzenais, mensais, começaram a circular. Com eles, o processo de produção de cultura alterou-se. No livro, o texto estava só, no máximo acompanhado de poucas ilustrações. No jornal, o texto literário e o não-literário caminhavam de mãos dadas, ilustrações e anúncios ladeavam-nos. As linguagens misturavam-se e viabilizavam a diversificação do público nesse capitalismo emergente.

Segundo Lúcia Santaella, a linguagem jornalística insere-se perfeitamente no mundo de consumo capitalista:

O jornal, por seu lado, após um primeiro momento (suas fases ainda artesanais) de importação de beletismo literário, foi gradativamente desenvolvendo seu próprio *know-how* (pós-industrialização) buscando para si uma imagem de objetividade, economia e imparcialidade que o mosaico jornalístico parecia realizar, satisfazendo a necessidade de condensação informativa e fornecendo ao leitor doses cotidianas para sua reserva de acontecimento – (ficção). (SANTAELLA,2000, p.53)

Enquanto suporte de informação e cultura, o jornal pode suprir as necessidades intelectuais do leitor. Mesmo em sua fase inicial, no Brasil do século XIX, ele poderia ser lido em qualquer lugar, por uma ou por várias pessoas, poderia ser alvo de uma leitura coletiva, alcançando, assim, até mesmo receptores analfabetos – poderia ser, também, emprestado, vencendo limites, imposições e dificuldades financeiras. E dentro do fragmentário e sedutor mosaico jornalístico, a reprodução de ilustrações ampliava o leque do consumo, determinando padrões de produção e recepção. A viabilização da leitura como ato social, da leitura por grupos, da audição do lido, da pura visão do impresso, fez do jornal um elemento revolucionário.

Indivíduo de carne e osso, o leitor do dezenove sustenta o comércio cultural: orientar seu gosto, estabelecer modos de habituá-lo a determinado tipo de texto e/ou de publicação eram ações autorais/editoriais importantíssimas. Uma das maneiras de envolver o leitor nas teias textuais é introjetá-lo nelas, seja visualmente, através de imagens, seja textualmente, por meio da representação ficcional. A esta última forma, Marisa Lajolo e Regina Zilberman chamam de **leitor de papel e tinta**:

Estes leitores de carne e osso, dos quais se ocupam os censos e que sustentam o negócio dos livros, passíveis, portanto, de serem historicizados e estudados estatisticamente, têm sua contrapartida textual: o leitor empírico, destinatário virtual de toda criação literária, é também direta ou indiretamente introjetado na obra que a ele se dirige. Assim, nomeado ou anônimo, converte-se em texto,

tomando a feição de um sujeito com o qual se estabelece um diálogo, latente mas necessário. (LAJOLO e ZILBERMAN, op. cit., p. 16-17)

Entendo que essa conceituação pode ser desdobrada, se pensarmos que as imagens estampadas nas folhas da época, ou mesmo as ilustrações ocasionais presentes nos livros, também poderiam funcionar como **leitores de papel e tinta**, leitores ficcionalizados, guiando o processo receptivo.

Canevacci, ao estudar a comunicação visual, define a concepção oitocentista de comunicação como mecanicista, por entendê-la apenas enquanto relação entre um emissor e um destinatário, e ressalta a inquietação de que surge o **texto visual** e a que este provoca. (CANEVACCI, 2001, p.8) As representações visuais, sejam as **primitivas** ilustrações das folhas do século XIX, sejam as arrojadas cenas cinematográficas do século XXI, definem uma negociação de significados que complexifica e aprofunda o processo comunicativo, envolvendo inclusive a afetividade dos receptores.

Diálogo necessário como meio de convencimento e persuasão do leitor oitocentista, habituado a uma cultura oralizada e pouco afeito ao impresso, ainda muito novo, com menos de noventa anos de vida em solo brasileiro, a imagem representativa de indivíduos foi uma interessante estratégia dos editores da época, prestando-se ao contato não apenas com o leitor alfabetizado, mas com o enorme contingente de analfabetos, que partilhavam o impresso **apenas** vendo-o e ouvindo-o.

Intimamente ligada a uma espécie de cruzada pedagógica no campo cultural, própria do século XIX, essa **ficcionalização** de leitor se apresenta como expediente de **sedução** do público real. O leitor, em relação aos produtores de bens culturais impressos, é uma alteridade a ser conquistada, e isso com os meios que estiverem disponíveis. A questão do leitor acarreta a necessidade de se focar a educação.

A educação escolar institucionalizada demandou, para sua implantação e para seu desenvolvimento, que o governo conhecesse o quantitativo populacional, as peculiaridades e necessidades regionais, as possibilidades de acesso a distantes partes do país, enfim, demandou que os governos tivessem como objetivo educar os indivíduos para formar bons cidadãos.

O governo imperial brasileiro investiu pouco na educação escolar oficial. Segundo José Murilo de Carvalho,

Apesar do interesse do Imperador pela educação e pela ciência, os gastos nestas áreas foram sem dúvida muito modestos. No que se refere à educação primária, embora fosse obrigação do Estado, definida como tal pela Constituição de 1824, pouco foi feito pelas províncias no sentido de difundi-la. O fato é particularmente grave por vigorar, ao mesmo tempo, a convicção de que a falta de educação era obstáculo sério à verdade das eleições. A eliminação dos analfabetos do direito do voto, levada a efeito em 1881, não teve como conseqüência esforço especial para promover a educação primária. Aos poderes provinciais e locais, na verdade, não interessava aumentar o número dos cidadãos esclarecidos. Salva-se em parte o governo central pois, no que se refere à corte, 50% da população era alfabetizada ao final do Império, número muito mais alto do que a média nacional que era de 15% apenas. (CARVALHO, 1988, p.42)

Entendo que essa **despesa social**, por não ter merecido mais atenção político-administrativa, tornou-se, de certa forma, um **investimento**. Em termos efetivos, o alto

índice de analfabetismo ajudou a manter a população, mesmo a população das grandes cidades, como platéia e fortaleceu por demais as elites alfabetizadas, educadas, formadas. Tanto política como culturalmente, as perdas foram grandes. Mas, se houve perdas, houve, também, ganhos: esse analfabetismo de gerações facilitou a permanência no poder de todos os que dele se beneficiavam.

Cumprе ressaltar, ainda, que esses números não se referem exatamente a todo o contingente populacional: é preciso levar em conta que mulheres e negros não eram relevantes, no que tange a pesquisas sobre analfabetismo.

De acordo com Marisa Lajolo e Regina Zilberman,

No Brasil do século XIX não foi possível à maioria dos escritores viver de sua literatura. [...]

As dificuldades técnicas, contudo, não eram o problema maior. Pior era o fato de a população, até o final do século XIX, contar com mais de 70% de analfabetos, problema para o qual intelectuais como Machado de Assis e José Veríssimo alertam. (LAJOLO e ZILBERMAN, op. cit., p.64)

O percentual é assustador, principalmente quando cotejado com dados populacionais. Segundo Castro Barreto,

A população brasileira, que no início do século XIX não ia além de 4 milhões, com uma fertilidade das mais elevadas, em 1840 já era de 6.184.000 habitantes; em 1870, de 9.762.000; em 1890, de 14.246.000; em 1920, de 27.572.000; em 1940, 41.040.000 e em 1950, de 52,645.479. (BARRETO, 1953, p.25)

Se, nas últimas décadas do século XIX, apenas 30% da população eram alfabetizados, isso implica que, em todo o território nacional, cerca de 2.928.600 pessoas seriam potencialmente leitores. Vale questionar: em que espaço da pesquisa estavam as mulheres oitocentistas? Como se relacionavam com o escrito e o impresso? Marisa Lajolo e Regina Zilberman afirmam ainda:

Só por volta de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exibir alguns dos traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas: a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema... (LAJOLO e ZILBERMAN, op. cit., p.18)

A sociedade leitora a que se referem as pesquisadoras estaria, então atrelada a elementos externos, a uma infra-estrutura econômico-social. Flora Süssekind, na tentativa de rastrear o leitor procurado pelo narrador oitocentista, recorre a relatos de viajantes, com destaque para os de Maria Graham. Vale reler:

Quanto às bibliotecas e livrarias fora do Rio de Janeiro, seu comentário [de Maria Graham] sobre Olinda é exemplar: “O colégio e a biblioteca de Olinda estão em decadência. Não há um só livreiro em Pernambuco e a população de suas diversas freguesias sobe a 70 mil almas!”. Quanto às bibliotecas públicas do Rio, se nada

pode dizer de mais detalhado sobre a do Mosteiro de São Bento – “aí, dizem, há uma boa biblioteca, mas não acessível às mulheres” – , não poupa elogios à Biblioteca Imperial... (SÜSSEKIND, 1990, p.96)

Distantes da Corte, os cerca de setenta mil habitantes de Pernambuco não tinham praticamente opções institucionais para que cultivassem o hábito da leitura de livros. E, na Corte, as mulheres eram impedidas de cultivar tais hábitos, ao menos no que tange à biblioteca do Mosteiro de São Bento. Ou seja: se conseguissem ultrapassar os limites impostos, implícita ou explicitamente, pela sociedade oralizada e patriarcal, as mulheres esbarravam em coerções de múltipla natureza, que as impediam de habituar-se à leitura livre e diária. A caça às leitoras – bruxas? – era até bastante intensa.

Penso ser interessante recorrer ao decreto 7247: ele não distinguiu sexos quanto à alfabetização e aos conhecimentos elementares, só o fazendo no que se refere à parte mais prática do ensino. Nas escolas de 2º grau, por exemplo, meninos teriam aulas de economia social e ofícios manuais, enquanto meninas teriam aulas de economia doméstica e trabalhos de agulha. (IHGB, 87.4.24, p.4)

Essa clivagem cultural institucionalizada me parece ter dado os primeiros traços para uma distinção básica de grupos receptores: de um lado, os homens, com preocupações graves e com uma formação intelectual mais consistente; de outro, as mulheres, restritas a afazeres cotidianos, domésticos, sem grande consciência da realidade extra-muros de casa. As expectativas do primeiro grupo estariam, provavelmente, ligadas aos números com os quais conviviam desde a infância, enquanto as do segundo grupo estariam voltadas para a costura do dia-a-dia, para as peripécias familiares e/ou amorosas, para os comentários e as confissões entre as vizinhas, primas, enfim, seriam expectativas de confirmação de um contexto dito e vivido.

2. Textos visuais, verbais e a leitora oitocentista

A passagem da mídia oral para o texto manuscrito e a deste para o livro impresso podem ser descritas, neste âmbito, como nítido empobrecimento da experiência sensorial do corpo.

Heidrun Krieger Olinto, “Processos mIdiáticos e Comunicação Literária”

A epígrafe remete às transformações sociais e culturais, ocorridas no medievo, quando da inserção da escrita como mediadora das relações inter-pessoais e inter-sociais. Ausente das comunicações, o corpo deixou uma lacuna que, segundo entendo, impediu uma rápida e eficaz aproximação entre texto e leitores. No correr dos séculos, foram sendo criadas estratégias para que se driblasse esse obstáculo. Parece-me que as ilustrações constituem uma dessas estratégias, uma espécie de senha de acesso ao impresso, e funcionariam como uma metáfora do corpo dos contadores de histórias, das vizinhas, das amigas etc.

Quando aborda questões relativas ao processo de apropriação dos textos impressos, Roger Chartier aponta a presença de instruções que funcionam como...

...uma dupla estratégia de escrita: inscrever no texto as convenções, sociais ou literárias, que permitirão a sua sinalização, classificação e compreensão; empregar toda uma panóplia de técnicas, narrativas ou poéticas, que, como uma maquinaria, deverão produzir efeitos obrigatórios, garantindo a boa leitura. Existe aí um primeiro conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja. (CHARTIER, 1996, p.95-96)

Se, do lado do autor, há dispositivos textuais inscritos na obra impressa para servirem de guia ao receptor, do lado do editor, há instruções que também se fazem presentes: ilustrações, diagramação, divisão de textos e seções são fatores que dirigem o olhar do receptor sobre os textos.

Tais senhas viabilizam a interação obra/leitor e, no caso dos periódicos, funcionam como etapas de aproximação entre as folhas e seus receptores. As ilustrações entram aí: são pequenas iscas deixadas pelos produtores de bens culturais impressos, de forma que possam fisgar os ariscos consumidores.

Esse “processo de pesca” demandava paciência, preparo, cuidado e, metáforas à parte, estabelecia os parâmetros identitários dos consumidores a serem alcançados pelos periódicos, da mesma forma que os textos, as matérias e os anúncios que ocupavam cada página.

Sob essa ótica, proponho o estudo do periódico feminino oitocentista *A Estação*. Trata-se de uma folha que se auto definia como “jornal das famílias”, dividindo-se em duas partes: a primeira, com indicações de moda, conselhos e ilustrações, muitas ilustrações; a segunda, de publicação intermitente, chamada de “Parte Litteraria”, apresentava contos fatiados, romances picados, conselhos de saúde e higiene, fofocas e anúncios, inúmeros anúncios.

O número de *A Estação* que veio a público em 15 de janeiro de 1884 (Anexo), à semelhança das outras edições do mesmo periódico, traz, na primeira página, o título, em destaque, com grandes letras desenhadas, cercado pela imagem de duas mulheres – musas – uma delas ao espelho; outra, lendo.

A mulher estampada à esquerda da página está absorta, mirando sua própria imagem ao espelho. Suas vestes remetem à cultura greco-latina, também seu penteado. Simbolicamente, ela representa o lado feminino voltado para questões relativas à beleza, à higiene etc. Ela, ao que tudo indica, sintetiza os objetivos da primeira parte de *A Estação*, aquela que traz os moldes e um sem número de assuntos femininos.

A imagem que preside a página à direita mantém a mesma posição que a da esquerda, variando apenas o objeto que segura: se a outra portava um espelho, esta porta um livro e de avantajadas dimensões, um livro quase do tamanho da própria folha que a estampa. Ela o apóia sobre as pernas e o lê atentamente. Entendo que a ilustração da direita remete à “Parte Litteraria” do periódico.

As duas representações gráficas carregam implicitamente as marcas sociais que as mulheres que ocupavam lugares de algum destaque na sociedade da época deviam apresentar: beleza e certa cultura.

Trata-se de um apelo de ordem visual à receptora, à consumidora do jornal: constitui-se numa ficcionalização da mesma, cujo alcance é amplificado, pois basta saber ver, não é necessário saber ler, para interagir com o impresso. A folha, assim, já

diz a que veio: adornar e educar as senhoras que a tivessem em mãos. E mesmo as que fossem analfabetas sentir-se-iam à vontade com esse periódico, tão pródigo em chamadas visuais.

Logo abaixo do título, vêm a data, o ano da edição e o número. Separados por linhas finas, vêm indicações do preço das assinaturas para a Corte e para as províncias e os nomes dos editores-proprietários. Após essas informações, aparece a seção “Chronica da Moda”: trata-se de um texto dividido de forma curiosa. Ao centro da página, está impressa uma grande ilustração de duas senhoras conversando e vendo um pequeno álbum. Em letras pequenas, sob a imagem, há anotações sobre o uso adequado das roupas que as tais senhoras vestem, bem como sobre o modo de localizar os moldes. E o mais interessante: o texto, que fala de caçadas, tempo frio, roupas quentes, em pleno janeiro tropical, divide-se em três colunas que se apertam em torno da gravura, servindo-lhe de moldura.

As duas mulheres representadas graficamente ao centro da página já não remetem ao universo cultural greco-latino. São imagens de jovens senhoras, contemporâneas e ocidentais, pertencentes a classes sociais privilegiadas, as quais conversam e/ou olham outras imagens,, estando ambas centralizadas na ilustração, que apresenta um aposento bem decorado, inclusive com um quadro ao fundo.

Parece-me uma chamada por demais direta à receptora alvo do periódico: por identificação com a imagem, o público feminino a ser colhido pela folha precisaria partilhar das mesmas marcas culturais e sociais das mulheres estampadas nessa primeira página.

Vale ressaltar que a consumidora de *A Estação* não precisaria saber ler para usufruir daquilo que a folha oferecia: era suficiente que visse as ilustrações e recorresse aos moldes. E mais: era suficiente que **pudesse** ter acesso à folha, que pertencesse a segmentos sociais privilegiados ou que tivesse meios para obter o periódico emprestado. De toda forma, fica implícito que a leitora precisaria de meios que facilitassem seu contato com a publicação. Uma mulher pobre, desprovida de recursos, não seria parte do leitorado alvo.

Os textos aparecem como acessórios, ornamentos dispensáveis. Se houvesse um leitor por perto, as palavras impressas poderiam ser ouvidas e apreciadas. Se não houvesse, na certa, os moldes seriam o bastante. Leitora ou ouvinte, a consumidora estava devidamente capturada nas malhas da página impressa.

A demarcação do perfil do leitor que consumiria o jornal é feita de diferentes formas. Em 31 de janeiro de 1888, na “Chroniqueta”, Elói, o Herói define seu receptor(p.8): “Durante a quinzena houve apenas um fato cômico, mas como foi também um fato político, não me parece que a leitora lhe consagre apreço.” Destaquem-se alguns aspectos interessantes: como se estivesse pedindo desculpas, o cronista delimita seu material de trabalho – fatos cômicos – , o que denota uma preocupação em conferir leveza à matéria impressa; a seguir, descarta o fato cômico por ser este de ordem política, ou seja, por implicar a necessidade de que o receptor tivesse conhecimentos mais profundos da realidade nacional e estivesse em condições de refletir sobre essa mesma realidade; por fim, Elói, o Herói, arremata, dirigindo-se à leitora.

Trocando em miúdos: a consumidora d’ *A Estação* poderia ser visualizada como uma senhora, jovem e bem-humorada, cujos interesses estariam voltados para o bem-estar familiar e que se mantinha afastada dos **assuntos masculinos**.

Conclusão

A abertura interpretativa da imagem é modificada, especificada, mas também generalizada pelas mensagens do contexto imagético.

Lucia Santaella e Winfried Nöth, *Imagem*

As ilustrações de que se utilizou o periódico *A Estação* desenharam, como foi observado acima, o perfil da consumidora desejada: a leitora ambicionada pela referida folha deveria ter um razoável poder aquisitivo, deveria preocupar-se com a beleza, a moda, a saúde e deveria, por fim, ter algumas lascas de cultura, que lhe permitissem brilhar nos salões.

Os textos literários e não-literários que se submetiam às imagens de mulher representadas no citado periódico corroboravam com a ideologia manifesta nas ilustrações: eram escritos para senhoras de sociedade, cheias de virtudes físicas e detentoras das virtudes intelectuais que lhes eram sancionadas. Nem todos seguiam essa via. Machado de Assis publicava nesse periódico, bem como inúmeros outros escritores de porte, e seus textos se, aparentemente, validavam tais idéias sobre o feminino, simultaneamente atravessavam-nas, representando mulheres mais que belas, mulheres astutas, novos paradigmas do feminino.

Verbais ou visuais, as imagens que circulavam nas folhas da época foram instrumentos de formação e consolidação dos hábitos de consumo dos bens culturais impressos, funcionando, ainda, no sentido de estabelecerem padrões de gosto literário, uma vez que introjetavam na página jornalística, bem mais acessível que a livresca, aquilo que queriam encontrar no público. Os periódicos oitocentistas construíram seu público e o leitorado para a literatura casando ilustrações e textos, mesclando palavra impressa e imagem gráfica. Ilustrações e textos complementavam-se na missão de formar padrões de produção e recepção de bens culturais impressos, na tarefa de desenhar perfis de consumidores(as) e de estabelecer territórios férteis para a circulação do jornal e do livro.

ANEXO



Nº 1 — 15 de Janeiro de 1884 — XIII Anno

PREÇO DA ASSIGNATURA BRAZIL: LOMBAERTS & COMP. EDITORES-PROPRIETARIOS. Agencia Geral para Portugal: Livraria ERNESTO CHARDRON - Paris. PREÇO DA ASSIGNATURA BRAZIL: 12\$000

CHRONICA DA MODA. Janeiro é o ultimo mes que se grandes copadas e as elegantes...



publicidade, e que serve para sustentar as innumeras industrias alimentadas assim tanto pouco, porcu de todas as toilette...

Referências bibliográficas:

- A ESTAÇÃO. Fundação Casa de Rui Barbosa: Ver.96, de 1884.
BARRETO, Castro. A população brasileira: formação e evolução. In: _____ et alii. Aspectos da formação e evolução do Brasil. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1953.p.17-30.
CANEVACCI, Massimo. Antropologia da comunicação visual. Tradução de Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
CARVALHO, José Murilo de. Teatro de sombras: a política imperial. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). Práticas de leitura. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.p.77-106.
DECRETO 7247, de 19 de abril de 1879. IHGB: 87.4.24.

- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.
- OLINTO, Heidrun Krieger. Processos midiáticos e comunicação literária. In: OLINTO, Heidrun Krieger e SCHOLHAMMER, Karl Erik (Org.). **Literatura e mídia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da PUC-Rio/Loyola, 2002.p.54-75.
- PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro**. Ilhéus: EDITUS, 2002.
- SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. 2ed. São Paulo: Experimento, 1996.
- SANTAELLA, Lúcia e NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1998.
- SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador; a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- VALENTE, Nelson e BROSSO, Rubens. **Elementos de semiótica: comunicação verbal e alfabeto visual**. São Paulo: Editora Panorama, 1999.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. Tradução de Amalio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.